



Peregrino do Paraíso: o compêndio narrativo de Nuno Marques Pereira

PALAVRAS-CHAVE: *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, literatura barroca, gramática da criação, alegoria, mito de Tamandaré, indianismo, ficção romântica.

KEYWORDS: *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, Baroque Literature, Grammar of Creation, Allegory, Tamandaré legend, Indianism, Romantic fiction.

1. O *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* constitui uma das obras mais emblemáticas da ficção barroca luso-brasileira. Podendo considerar-se como produção quase única no contexto da produção colonial, a leitura desta novela permite colocá-la no âmbito da prosa ficcional e moralista da primeira metade do século XVIII, quando o recurso à alegoria foi constante. Contudo, uma das delimitações mais imediatas tem a ver com a literatura de viagens, mesmo que alegórica, e com o facto de a obra potenciar um retrato da paisagem e da moldura sociocultural da colónia brasileira no final do século XVII e no início do século XVIII.

Sobre a novela de Nuno Marques Pereira desenvolvi o trabalho da minha tese de mestrado, apresentada em 1995 (Augusto, 1995), publiquei alguns artigos de fôlego e retomei-a no âmbito da tese de doutoramento, publicada em 2010 (Augusto, 2012: 391-400). Dos primeiros trabalhos a esta última abordagem, construiu-se um caminho onde se abordaram os mais diversos aspetos, desde a sua inserção no Barroco, a estrutura narrativa e alegórica, a perspetiva retórica da doutrina e do moralismo, a imagem da colónia, e consolidou-se a consideração que desde o início tive em mente: que se trata de obra única.

Toda a biografia do autor continua incerta (Augusto, 1995: 9-20), sobretudo no que diz respeito à naturalidade e à formação, e não se conhece nenhuma outra produção literária da sua lavra. Em compensação, a sua extensa novela, dividida em duas partes, constitui um universo vasto, amplo, diverso, vários, enfim, tudo aquilo que pode caber na etiqueta “compêndio” com que começa o título do *Peregrino da América*.

Estruturada em níveis narrativos distintos, um Peregrino relata a um Ancião a viagem que fez de Salvador até às Minas do Ouro. Mas não será pelo seu relato que ficaremos a saber do caminho, nem sequer da sua chegada ao destino. Com efeito, a deslocação física é substituída por reflexões que implicam um aprofundamento da doutrina e dos intuitos moralistas, com abundantes capítulos alegóricos. “Que fujais muito de que vos enganem os três inimigos da alma, que são: Mundo, Diabo e Carne” (I, 402): este aviso, repetido ao longo dos dois volumes, manifesta a dimensão religiosa e moralista da longa novela, enquadrada perfeitamente na sua época e nos modelos de discurso e de representação que se lhe apresentavam. Com a primeira edição em 1728, o primeiro volume teve cinco edições sucessivas até 1765. Só em 1939 voltaria a ser publicado, com o patrocínio da Academia Brasileira de Letras, já acompanhado do segundo volume, cujo manuscrito estava datado de 1733.

Entre a alegoria e o moralismo parece assim desenvolver-se uma obra que me interessa não só pela imagem mental de uma época e pela imagem do Brasil colonial que permite recolher, mas sobretudo pela construção da novela barroca cujos motivos reitera (Augusto, 1997). Quanto ao retrato da colónia, trata-se de uma imagem negativa, uma vez que contrapõe a exuberância da natureza, sem os arroubos ufanistas que conhecemos, a um retrato profundamente crítico da colónia brasileira nos finais do século XVII e inícios do século XVIII (Augusto, 1998, 2000 e 2002).

É neste contexto de múltipla orientação, alegoria e moralismo e espaço, que é necessário ter em conta e comentar as duas ocorrências relativas ao tema deste segundo encontro, *Teografias II – Gramáticas da Criação*.

2. A primeira ocorrência é incontornável e decorre no capítulo VIII na primeira Parte, um dos capítulos mais breves da longa narrativa: “Conta o Peregrino ao morador o como Adão e Eva foram feitos por Deus: e o que lhes succedeu no Paraizo, até que foram desterrados delle por causa do pecado”(I, 95-98). Trata-se do primeiro capítulo da sequência do conjunto que antecede a apresentação dos Dez Mandamentos da Lei Divina, uma das ordenações mais visíveis da matéria religiosa. Tinha o Peregrino chegado à casa do primeiro morador, no capítulo VII (I, 83-94), onde tratou “dos louvores da santa Cruz, com muitos exemplos, e milagres, que no mundo se tem visto, comprovados com toda a verdade”. É a partir da simbologia da Cruz e das palavras de S. Mateus (16. 24), “se alguém quer vir após mim, tome a sua Cruz, e siga-me”, que se introduz a argumento relativo à criação do mundo e do primeiro homem:

Porque a Cruz é o principio, meio, e fim efficaz da nossa salvação; por ter sido o principio de toda a formação do genero humano principiado em Adão.

Isso é o que eu tomara saber (me disse o morador) com mais distincção. Pois ouvi (lhe disse eu) que é necessaria muita attenção. E começarei pelo principio do mundo, e criação do primeiro homem. (I, 93)

A ortodoxia do Peregrino fica marcada desde a primeira frase: “Creou Deus o Céu e a Terra, como consta da Sagrada Escritura” (I, 95), e estende-se à criação de Adão, de Eva e à sua expulsão do Paraíso, do jardim do Éden. Contudo, como seria de esperar no contexto barroco, marcado pela *novitas* e pela *varietas*, esta “ortodoxia” ganha contornos inesperados pela inclusão de inesperadas analogias e comentários. A primeira analogia é a da cruz, relida à luz da história da criação do primeiro homem, que ocorre em dois passos do capítulo VIII: quando Deus formou o homem da terra limosa:

(...) e daquelle embryão em forma de Cruz (reparai, que aqui teve principio a Cruz) começou a delinear aquelle supremo Artífice ao nosso primeiro Pai, havendo-se então Deus como um Estatuario quando dá principio a uma estatua com os braços abertos: e depois de o aperfeiçoar, e consumir, ficou uma formosissima creatura. (I, 95)

Em segundo lugar, quando, depois de criado, Adão se ajoelhou e reconheceu as graças que Deus lhe tinha infundido:

Deste acto se seguiu lançar-lhe Deus a bênção em forma de Cruz. E esta foi a segunda vez, que se viu a Cruz feita pelas mãos de Deus: uma quando formou Adão; e outra, quando lhe infundiu a graça. (I, 96)

Como também seria de esperar, tendo em conta o contexto da literatura moral e doutrínaria religiosa, não podia faltar a anotação moralista. De forma dicotômica e radical, contrapõem-se duas atitudes de uma forma absolutamente surpreendente aos nossos olhos, sobretudo pelo nivelamento entre divino e humano, como se a comparação fosse possível entre a inominável virtude de Deus e a reconhecida fraqueza do homem:

Seja-me agora concedido fazer aqui um reparo, ou exclamação. Desta sorte sahiu Adão feito das mãos de Deus: a mais bella e perfeita creatura, que se viu. E como sahiu Christo das mãos dos homens, quando o puzeram na cruz? (Antes que o prosiga, deixai-me enxugar as lagrimas, para poder referir este lastimoso caso) Foi um retrato da morte: ferido, e tão maltratado, como o vemos na Cruz. Vêde agora o quanto vai das obras dos homens às obras de Deus. Os homens afeando a mais perfeita belleza; pois nunca se viu, nem se ha de ver nascido no mundo outro homem com tantas perfeições, como foi Jesus Christo. E Deus, de uma vil materia, como foi limo e barro, fez a Adão tão perfeita creatura. Vejam lá os homens o como fazem as suas obras, à vista das obras de Deus. (I, 96)

Todo o restante capítulo se mantém dentro da mais estrita ortodoxia, explicando o “pecado original” e as suas funestas consequências, que foram terem-se submetido, Adão e Eva, a si mesmos e a todos os seus descendentes ao pecado, “que é a morte da alma”, mas também às enfermidades do corpo, à morte e à condenação eterna (I, 97).

Mas à condenação segue-se a redenção. E à ortodoxia segue-se a ficção e a alegoria. Do capítulo VIII para o capítulo IX (I, 99-106: “Relata o Ancião ao Peregrino o principio de nossa Redempção; e mostra como a Santissima Virgem Maria foi preservada da culpa original, por especial favor, e graça de Deus”), a metamorfose é completa, substituindo a

fidelidade à letra do Texto Sagrado pela *inventio*, fundada na antítese e na analogia, na imagem e na letra, com o apoio da estrutura emblemática. O facto de a história da Criação e o seu desenvolvimento alegórico estarem em capítulos separados é essencial, como se fosse o reconhecimento de formas de discurso diferentes e cuja desigualdade se quer deixada estabelecida com rigor: de um lado a ortodoxia, o outro a ficção.

O “conto”, ou o “mistério” (I, 99), é contado pelo Ancião ao peregrino, num momentâneo regresso à primeira narrativa. Coloca em cena, ainda no Paraíso, a figura de Deus, se não arrependido de ter feito Adão, pelo menos “considerando a pouca estabilidade e grande fraqueza da natureza humana” (I, 99). Neste cenário, surge subitamente a Soberba,

(...) pomposamente vestida de escarlata, com uma capa roçagante, e um escudo, e nelle escrita uma letra que dizia:
Sou a Soberba invejosa,
Semelhante ao Inferno:
E por isso meus sequazes
Padecem um mal eterno” (I, 99).

Vinha ela da parte de Lúcifer contra Adão, perguntando por tão diferente tratamento entre o castigo do Anjo rebelde e o do Homem, o primeiro condenado ao Inferno para sempre, o segundo condenado ao desterro, esperando ainda perdão da sua desobediência. Para defender o homem, chamou Deus a Piedade, que se sentou à sua direita, “formosa Donzella vestida de azul celeste com manto de gloria, de tão excellente forma, que a todos satisfez sua presença” (I, 100). Nos seus argumentos, a Piedade contrapôs a natureza angélica de Lúcifer, mas soberba e maliciosa, à simples fraqueza de Adão. Apresentaram-se fundamentos poderosos de um lado e de outro, mas foi a Piedade que enterneceu a Santíssima Trindade. E na Virgem que haveria de nascer, “livre, e preservada de toda a culpa e risco do peccado original, desde o primeiro instante de seu ser” (I, 103), e na Incarnação do Verbo Divino se fundaram toda a esperança e a redenção do homem.

Quando à Soberba e à forma como foi vencida e expulsa da presença de Deus, a descrição torna-se “espetacular”, pelos efeitos sinestésicos convocados:

(...) enchendo-se da maior raiva e inveja se precipitou arrojando-se; e desfazendo-se em golpes, com horrendos alaridos se foi à presença de Lucifer. E esta foi a primeira vez, que se viram e ouviram no mundo relampagos e trovões, vomitados daquelles ferozes lobos do Inferno, ameaçando, e desejando devorar ao genero humano. (I, 102)

Desta forma, a melhor forma barroca, capaz de “fazer ver” mistérios complexos como o do Pecado Original e o da Incarnação do Verbo, o *Peregrino da América* acrescenta um episódio de carácter alegórico, substituindo a argumentação racional e ambiciosa pelo acto puro da misericórdia. Como se assim definitivamente se lesse a virtude divina e se fundasse a esperança da salvação no retorno ao Paraíso, depois da longa peregrinação que constitui a vida humana. Como se diz no *Compêndio Narrativo*, “é este mundo estrada de Peregrinos, e

não lugar, nem habitação de moradores; porque a verdadeira pátria é o Céu” (I, 21), tendo-se apresentado o Peregrino ao Ancião com as seguintes palavras: “Eu, Senhor, sou Peregrino, e trato da minha salvação” (I, 20).

3. A segunda ocorrência relativa à “gramática da criação”, implica considerações distintas. Não se tratando de um mito de criação, torna-se, no entanto, fundamental pela continuidade que permite em termos de castigo e de misericórdia divinas. Situamo-nos no capítulo II da segunda parte do *Peregrino da América*: “Relata o Peregrino o mais que lhe sucedeu, depois que o Ancião delle se apartou, e da ultima conversação que teve com o Padre Capellão, acerca de donde procedeu a origem do Gentio, que veio a estas partes da América” (II, 23-32).

Voltando a encontrar o seu interlocutor na segunda parte, o Ancião, o Peregrino retoma os acontecimentos que o tinham deixado na Casa dos Romeiros e a conversa com o Capelão sobre a “origem do gentio”. A solicitação do Padre ao Peregrino levanta, só por si, algumas questões:

(...) que me digais, de donde procedeu este Gentio da America? (...) porque sem duvida que de alguma parte passou a esta região; por ser também certo e de fé, que no mundo não houve mais que um Adão e uma Eva, criados e feitos pela omnipotência de Deus. (II, 25)

Desta forma, sendo os índios criaturas racionais (já não se discute este tópico que também marcou a literatura dos Descobrimentos no século XVI)¹, o Peregrino faz remontar a origem do indígena brasileiro ao tempo depois do Dilúvio e à construção da Torre de Babel, “que intentaram levantar até o céu, ou fosse por deixar seus nomes celebrados no mundo, ou tê-la para o refúgio de escaparem de outro diluvio” (II, 26). A história é conhecida: a confusão das línguas que se instaurou, a inconclusão da torre, assim chamada de Babel e a cidade de Babilónia. Dividiram-se em povos diversos, como conta a Sagrada Escritura (Gen. 10-11) e chegaram a “este novo mundo, o qual por promessa divina esteve tantos tempos occulto, e falto da luz da nossa santa fé catholica” (II, 26). Mas porquê? Mas como? A resposta é dada em dois passos distintos pelo Peregrino:

Mas por onde se pode presumir o ser indubitavel a razão de ter vindo este gentio daquela parte, é por serem homens soberbos, teimosos, e não quererem conhecer o poder de Deus, cahindo em varios e infinitos peccados de idolatria, superstições e feitiçarias, que muito offende a divina Magestade. (II, 26-27)

Por isso os desterrou por seus justos juizos para terras tão remotas; não lhes faltando, porém, como Senhor de Piedade e misericordia, com a sua divina providencia de os sustentar, e alimentar com o provimento necessario, até o tempo que sua divina clemencia foi servida alumiaá-los

¹ Remetendo para conhecidos tratados do século XVI: “(...) supposto que já houve quem lhes negasse este procedimento, mas com evidencia se tem comprovado, e com formaes razões mostrado serem creaturas racionais, e capazes de receberem todos os sacramentos da Santa Madre Igreja, o que se tem averiguado por doutissimos prelados, e espirituaes missionarios tanto na nova Hespanha, como neste Estado do Brasil” (II, 25).

com a luz da fé, e doutrina do Santo Evangelho, que a muitos destes gentios tem abrazado, e nelles se tem visto signaes de verdadeiros catholicos. (II, 27)

Quanto à forma como chegaram ao Brasil, parte-se do comprovado princípio de que “é falso dizer-se que a America é ilha”, mas sim “terra firme, a qual se une com as mais partes do mundo, por uma península, ou lingua de terra de bastante largura” (II, 28), assim se justificando a presença humana em terras tão distantes do Médio Oriente.

Curiosamente, tendo em conta índices de civilidade, como é a construção de cidades e de leis de convivência, desenvolvendo a agricultura e a produção de riqueza, o Peregrino parece distinguir entre as “Índias de Espanha” e os índios que habitam o Brasil. Se os primeiros, embora sendo homens de “mau procedimento” (II, 28), aproveitaram da melhor forma a natureza fértil e abundante, construindo notáveis civilizações, “o que tudo consta de verdadeiras relações de doutos livros escriptos por famosos autores” (II, 28), já os Portugueses encontraram outra sorte de índios. A sua natureza recolectora, aproveitando espaços e tempos de abundâncias, é vista como sinal de má convivência com os outros povos:

Isto supposto, o mais gentio, ou por crimes que tivessem feito, por serem homens desalmados, e facinorosos, ou pela appetencia de verem e descobrirem as mais terras, que viam e se lhes representavam haver para estas partes do Norte, Nordeste, Leste, Sueste e Sul, principalmente aquella gente mais vadia e calaceira daquelle povo, sahiu das cidades e povoações com mulheres e filhos. (II, 28)

Para além da matriz babilónica, interessa a referência ao Dilúvio. Foi de um índio velho que o Peregrino ouviu contar a história do “dilúvio”: (...) e que este alagara a toda a terra, e que só escaparam alguns índios com suas mulheres em um monte em cima de uma palmeira” (II, 30). Pareceu-lhe que havia uma óbvia ligação com a história de Noé, mas a que os índios “viciaram e corromperam a verdade, por falta de escripturas” (II, 30).

E conclui o capítulo com uma apreciação profundamente negativa do indígena, passados dois séculos de colonização e missionação, uma imagem que transversalmente atravessava a literatura produzida no Brasil neste início do século XVIII (Augusto, 2002):

São estes homens de mui pouca estabilidade em seus tratos e negocios, muito atraídoos, vingativos, sem nenhum genero de caridade, não dão quartel a seus contrarios; não se acha nelles primor nem cortezia; não tem agradecimento ao beneficio, que se lhes faz, mais se inclinam para o mal, do que para o bem; prezam pouco a honra, e sua estimação. E só depois de muita doutrina que receberam dos operarios do santo Evangelho, nas aldeias dos Padres da Companhia e mais Missionários, é que se desviam, e deixam muitos erros e abusos, que tinham entre si, que são varios e infinitos os ritos e ceremonias, que observam, e ainda se acham entre elles. (II, 30)

4. Esta apreciação negativa implica, nesta última parte do trabalho, ter em conta a história de três séculos de colonização, tempo que permitiu perceber uma evolução diferenciada da visão do índio.

Na verdade, não durou muito tempo a visão idílica dos primeiros índios avistados pelos portugueses em terras de Vera Cruz, em 1500, como nos conta a *Carta* de Pero Vaz de Caminha (Cortesão, 2000; Ribeiro, 2004). A docilidade e a vivência em harmonia com a natureza envolvente², também esta por demais impressiva aos olhos dos viajantes portugueses, foram substituídas por uma imagem distinta. Na verdade, a relação com os indígenas parece ter variado de uma extrema simpatia inicial, com lugar para múltiplos elogios e louvação, para um posterior conceito desfavorável, principalmente quando a colonização foi levada a cabo de forma sistemática e implicou uma relação de subordinação, surgindo pesados motivos de atrito entre os habitantes e os novos povoadores (Sodré, 1976: 56)³. Numa segunda fase, quando foi necessária mão-de-obra para a lavoura da cana e criação de gado (Melo, 1974: 55), o confronto com os índios foi inevitável, provocando uma mudança radical no tratamento da figura do indígena (Sodré, 1976: 57-58)⁴.

O que nunca sofreu alterações foi a imagem da natureza, desde a exuberância apontada pelos descobridores até às potencialidades expressivas exploradas no Romantismo. O que me leva de novo aos mitos da criação e à lenda do Dilúvio referida pelo Peregrino de N. M: Pereira.

O contacto intenso e a evangelização dos indígenas deram aos missionários portugueses um conhecimento notável dos seus usos e costumes, revelados numa quantidade considerável de tratados, diálogos e cartas. Entre eles refere-se a lenda de Tamandaré. As primeiras referências surgem nas *Cartas* do Padre Manuel da Nóbrega, em duas cartas datadas de 1549 (Nóbrega, 1955: 49 e 65)⁵, revelando uma tradição com contornos semelhantes à história de Noé e da terra inundada pelas águas. A história continuou a ser referida, tanto pelos viajantes e escritores portugueses, como Fernão Cardim, nos seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1997: 165)⁶, ganhando pormenores diferentes, como pelos viajantes estrangeiros, entre os quais Andre Thevet cujas *Singularidades da França Antarctica* foram publicadas em Paris, em 1557 (1944: 314), e Hans Staden, com a sua *Viagem ao Brasil* (1930, 154-155).

² “Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles” (Cortesão, 2000: 170).

³ Já em 1860, Ribeyrolles (1941, I: 22) afirmava que “houve a princípio, nesse ponto da costa, entre o Índio e o português, hospitalidade e regozijo. Mais tarde, guerras encarniçadas. Finalmente o extermínio”.

⁴ “Os indígenas adaptaram-se mal às tarefas a eles impostas, e pouco a pouco se foram internando os que não apreciaram o encontro com gente branca vinda do mar indevassado e até então seguro. Fora, é claro, os que tomaram em luta ou simples extermínio” (Melo, 1974: 55).

⁵ Respectivamente: “Têm notícia do dilúvio de Noé, posto que não segundo a verdadeira história, porque dizem que morreram todos excepto uma velha que escapou numa arvore alta”; “Têm memória do dilúvio, mas falsamente, porque dizem que cobrindo-se a terra de água, uma mulher com seu marido, subiram em um pinheiro, e depois de minguadas as águas, desceram: e destes procederam todos os homens e mulheres”.

⁶ “Este gentio parece que não tem conhecimento do principio do Mundo, do dilúvio parece que tem alguma noticia, mas como não tem escripturas, nem caracteres, a tal noticia é escura e confusa; porque dizem que as aguas afogarão e matarão todos os homens, e que somente um escapou em riba de um Janipaba, com uma sua irmã que estava prenhe, e que estes dois têm seu principio, e que dali começou sua multiplicação”.

Contudo, a história do dilúvio e de Tamandaré passou sempre por simples curiosidade das tradições indígenas e por desvio à letra do texto sagrado. Mas já não no século XIX, quando em pleno Indianismo, uma das facetas mais particulares do Romantismo brasileiro, José de Alencar se empenha na construção de um “poema épico nacional” (Ribeiro, 2010), e a lenda é retomada com foros de heroicidade e protagonismo.

Trata-se do romance indianista *O Guarani*, de 1857, onde, no último capítulo, Péri salva Cecília do ataque dos Aimorés. Fiquemos com a lenda, contada em tom solene pelo índio Péri, aquela que também o *Peregrino da América* referiu, e que considero como um segundo mito da criação:

Foi longe, bem longe dos tempos de agora. As águas caíram, e começaram a cobrir toda a terra. Os homens subiram ao alto dos montes; um só ficou na várzea com sua esposa. Era Tamandaré; forte entre os fortes; sabia mais que todos. O Senhor falava-lhe de noite; e de dia ele ensinava aos filhos da tribo o que aprendia do céu.

Quando todos subiram aos montes ele disse: ‘Ficai comigo; fazei como eu, e deixai que venha a água.’ Os outros não o escutaram; e foram para o alto; e deixaram ele só na várzea com sua companheira, que não o abandonou.

Tamandaré tomou sua mulher nos braços e subiu com ela ao olho da palmeira; aí esperou que a água viesse e passasse; a palmeira dava frutos que o alimentavam.

A água veio, subiu e cresceu; o sol mergulhou e surgiu uma, duas e três vezes. A terra desapareceu; a árvore desapareceu; a montanha desapareceu.

A água tocou o céu; e o Senhor mandou então que parasse. O sol olhando só viu céu e água, e entre a água e o céu, a palmeira que boiava levando Tamandaré e sua companheira.

A corrente cavou a terra; cavando a terra, arrancou a palmeira; arrancando a palmeira, subiu com ela; subiu acima do vale, acima da árvore, acima da montanha.

Todos morreram. A água tocou o céu três sóis com três noites; depois baixou; baixou até que descobriu a terra.

Quando veio o dia, Tamandaré viu que a palmeira estava plantada no meio da várzea; e ouviu a avezinha do céu, o guanumbi, que batia as asas.

Desceu com a sua companheira, e povoou a terra. (Alencar, 1994, 315-316)

5. O título que dei a este trabalho, *Peregrino do Paraíso*, possibilitou-me a abordagem das “gramáticas da criação” numa obra vasta onde dois mitos, situados numa ordem temporal de primeira e segunda criação, são tratados segundo uma lógica de representação característica da literatura moral e exemplar barroca. Por outro lado, a figuração humana, tanto no sentido geral do “homem – Adão”, como no sentido mais restrito do indígena brasileiro, implicam a manifestação de uma imagem pouco favorecida pelo olhar do Peregrino.

Quanto ao mito de Adão e Eva, não se poderia esperar senão a estrita visão ortodoxa determinada pelo Texto Sagrado. Mas, como foi visto, a presença do escritor barroco amplia, acrescenta, reduplica, alegoriza, retomando formas antigas como a discussão e o debate, mas sobretudo a luta entre virtudes e vícios, como foram a Soberba e a Virtude. Do homem expulso do Paraíso vem a

noção de pecado, de redenção e de *homo viator*. Mas se o homem foi afastado da visão de Deus, não o foi, contudo a natureza, que continuou abençoada, imagem próxima da misericórdia e da beleza divinas. Ao homem restou-lhe ser “culpado” e peregrino num mundo efêmero.

Quanto a outros mitos de origem, nesse caso o *Peregrino da América* torna-se extremamente rico, tendo em conta a filiação do indígena brasileiro nos tempos antigos da Babilônia e a lenda de Tamandaré. Em qualquer dos dois casos, as referências enquadram-se numa visão negativa que contaminou toda a época barroca e que se alargou a outras manifestações para além da ficção romanesca. Para além dos indígenas, o retrato negativo estende-se ao colono e ao negro escravo, alvos de intensa campanha moralista. Do outro lado, resplandece a natureza, impoluta, como memória do Paraíso perdido. A recuperação da lenda de Tamandaré e a valorização do indígena no Romantismo corresponde a desígnios por demais conhecidos: a valorização de temas nacionais com vista à construção e à afirmação de uma literatura com contornos próprios. O índio teve um papel preponderante, dando origem a uma das vertentes mais significativas da literatura romântica brasileira, o indianismo.

No que a este trabalho diz respeito, tendo em conta a interligação entre os mitos da criação e a duplicidade das visões do homem e da natureza brasileira, o caminho feito ao longo do tempo caracterizou-se pela distância entre os dois aspetos. Só com a intenção épica e nacional do Romantismo é que se verificou a fusão entre a excelência heróica do indígena e a excelência da natureza, pela integração de valores, lendas e tradições. À medida do herói estava uma natureza sublimada, intocável e cúmplice, participando de uma mesma linguagem simbólica.

Tal qual outro Adão e outro Noé, também Tamandaré “desceu com a sua companheira, e povoou a terra”.

Bibliografia

- ABREU, Jean Luiz Neves (2004). “Peregrinação e alegoria: uma leitura do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*”. *Topoi* 9, 82-101.
- ALENCAR, José de (1994). *O Guarani*. (ed. Maria Aparecida Ribeiro). Coimbra: Almedina, 315-316.
- AUGUSTO, Sara (2001). “Nuno Marques Pereira”. *BIBLOS – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 56-57.
- (1995). *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América de Nuno Marques Pereira: dos maus caminhos da terra aos bons caminhos do céu*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (1996). “A mulher no moralismo do Peregrino da América”. In *VI Seminário Nacional Mulher e Literatura: Anais*. Rio de Janeiro: NIELM, 271-277.
- (1997). “*Compêndio Narrativo do Peregrino da América*: narrativa de viagens”. In *Literatura de Viagem: narrativa, história, mito*. Lisboa: Cosmos, 39-45.
- (1998). “*Peregrino da América*: fragmentos de uma imagem”. In *Il Portogallo e I Mare: un incontro tra culture*. Napoli: Istituto Universitario Orientale, IUO/Liguore Editore, 417-428.
- (2000). “O Peregrino da América: alegoria e moralismo”. In *Literatura Brasileira em Questão, Actas do II Congresso Português de Literatura Brasileira*. Porto: Centro de Estudos Brasileiros/Faculdade de Letras, 31-36.

- (2002). “O índio e o negro no Barroco luso-brasileiro: verso e reverso”. In *Diálogos Literários Luso-Brasileiros*. Coimbra: Pé de Página, 33-48.
- (2002). “Ufanismo, sátira e moralismo: visões barrocas”. *Máthesis*, 11, 253-270.
- (2010). *A Alegoria na ficção romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Lisboa: FCG.
- CARDIM, Fernão (1980). *Tratado da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo.
- CORTESÃO, Jaime (ed.) (2000). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: INCM.
- MELO, Gladstone Chaves de (1947). *Origem, Formação e aspectos da Cultura Brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- NÓBREGA, Manuel da (1955). *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEREIRA, Nuno Marques (1938). *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (2004). *Carta de Caminha e seus ecos. Estudo e Antologia*. Coimbra: Angelus Novus.
- (2011). “Projecto e realização épica em José de Alencar”. *História Revista* 16, 1, 186-210.
- RIBEYROLLES, Charles (1941). *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Livraria Martins.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1976). *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- STADEN, Hans (1930). *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.
- THEVET, Andre (1944). *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam America*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

.....

RESUMO

Com a leitura do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1725-1733), de Nuno Marques Pereira, pretende-se mostrar a presença e a relevância de uma “gramática da criação” na ficção exemplar, moral e alegórica, da época barroca. A ocorrência do mito de Adão e Eva e a referência à história do dilúvio, uma das lendas indígenas, ganham, por outro lado, novas ressonâncias por entre a doutrina e o enredo. Com efeito, permitem uma interpretação da paisagem humana brasileira, de feição extremamente negativa, uma imagem a ser reconvertida pela releitura do mito de Tamandaré na ficção indianista de José de Alencar.

ABSTRACT

By examining *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1725-1733), by Nuno Marques Pereira, I intend to show the presence and the relevance of a “grammar of creation” in the exemplar, moral and allegorical fiction of the Baroque period. On the other hand, the myth of Adam and Eve and the reference to the Deluge in native tales gain new resonances, both in doctrine and plot. Indeed, they provide an extremely negative interpretation of the human landscape in Brazil, an image that will be changed by the reinterpretation of the myth of Tamandaré in the Indianist fiction of José de Alencar.